



Cardoso ameaça a democracia

Alexandre Santos

Comentário sobre a contra-reforma política proposta pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso no sistema de telefonia brasileiro.

uma reforma política que impeça ou dificulte a livre organização popular é, na realidade, uma contra-reforma cujo objetivo é o restabelecimento do regime autoritário

O regime democrático pressupõe a livre organização popular, inclusive em torno de partidos políticos. Essa condição foi resgatada da vala do obscurantismo por ocasião da redemocratização do país, quando a Constituição Cidadã, promulgada em 05 de outubro de 1988, assegurou a plena liberdade de associação. Com a festa democrática, muitos grupos desejosos de interferir no processo de transformação social puderam escolher a via partidária e alguns, inclusive, abandonaram os caminhos que seguiam até então. Dessa forma, a liberdade política resgatada dos porões da ditadura, permitiu que grupos proscritos pela intransigência autoritária do antigo regime pudessem atuar à luz do dia para, pacificamente, lutar pelos seus ideais. Nesse sentido, a redemocratização significou a pacificação do país, pois, ao permitir a livre atividade partidária, tornou desnecessária a ação subterrânea e o emprego de métodos não convencionais de luta e de protesto político. A Constituição Cidadã, de 1998, foi mais adiante ao consagrar o instituto da eleição em dois turnos, facilitando a atuação dos partidos que, sem medo de contribuir para a vitória de político ou política temerária, puderam (como ainda podem) participar do 1º turno dos pleitos para divulgar seu pensamento. Com esse espírito, muitos partidos, inclusive o Partido da Solidariedade Nacional (PSN) participaram do último pleito, com candidaturas próprias.

Infelizmente, a democracia vem sendo solapada em nosso país. Não bastasse o abusivo emprego dos meios de comunicação de massa para ofuscar o debate, desviando a atenção do povo dos grandes temas, cresce, a cada dia, um movimento que pretende esmagar a liberdade de organização política, promovendo a ressurreição do autoritarismo em nosso país. Pior. Comandando este processo estão o próprio presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães.

Ocultando sua sórdida motivação, os saudosistas recorrem a falácias para justificar seus propósitos autoritários. Na defesa de uma "reforma política" que reduza o quadro partidário do país, aniquilando os partidos de menor densidade eleitoral, remetendo seus dirigentes, filiados, militantes e simpatizantes para o limbo, os arautos do autoritarismo recorrem a três argumentos principais. O primeiro deles, pasme, é a *necessidade de fortalecer os partidos políticos*. Pode parecer piada, mas, "para fortalecer o quadro partidário", ao invés de regras que impeçam a migração partidária e imponham o

cumprimento das promessas eleitorais e itens programáticos, os reacionários propõem a extinção dos pequenos partidos.

Na seqüência dessa argumentação marota, os autoritários alegam que *os pequenos partidos devem ser extintos porque são "legendas de aluguel"*. Este argumento injurioso realça a má fé desses arautos do autoritarismo, pois atribui aos pequenos partidos a exclusividade de pecados que maculam a organização política do país. Tendo em vista a inconsistência da lei, muitos políticos usam os partidos (todos os partidos, independentemente de tamanho) apenas como sigla eleitoral, convertendo-os em "legendas de aluguel". Assim, ao contrário do que defendem os reacionários brasileiros, o sincero combate às "legendas de aluguel" exige disciplina partidária rigorosa, maior facilidade para a criação de partidos e a possibilidade de inscrição avulsa de candidatos aos pleitos (o que, evidentemente, dispensaria a existência de "legendas de aluguel"). Mas, demonstrando sua oligofrenia capciosa, os mentores dessa nova fase do autoritarismo nacional sugerem, pura e simplesmente, a extinção dos pequenos partidos.

Finalmente, ainda da linha dos argumentos, digamos, sérios, desponta um que defende a extinção dos pequenos partidos porque sua existência *compromete a "governabilidade" do país*. Esse é um argumento pífio, que não resiste a uma análise mais aprofundada. De fato, qualquer observador medianamente inteligente percebe que, no curso dos mandatos, independentemente do número de partidos que tiverem disputado o pleito, se formam três agrupamentos, com os quais o governante conviverá: governistas (formado pelos que o acompanham, tenham ou não o apoiado durante a campanha), oposicionistas (formado pelos que perderam a eleição e não podem ou não querem aderir ao governante) e, finalmente, os "independentes" (formado pelos que votam ao sabor da conjuntura ou dos "estímulos" recebidos). Esse "modelo", com o qual todos os governantes convivem, não depende do número de partidos e, sim, do pensamento que permeia a representação eleita. Dessa forma, não é o número de partidos que interfere na *governabilidade* e, sim, a competência do governante em formar uma sólida maioria que o apoie e em conviver democraticamente com as oposições.

Por último, ainda há um último argumento. Menos sério e talvez o mais sincero de todos. Foi apresentado pelo presidente-candidato Fernando Henrique Cardoso durante uma audiência que concedeu ao deputado Aécio Neves, em 29 de setembro, num laivo de boçalidade, e ser refere simplesmente a ser *"um incômodo ter que dividir o horário eleitoral com esses candidatos"*. Quanto a isso, realmente, fica difícil contra argumentar.

Para encorpar esse movimento, robustecendo a luta pela restauração do autoritarismo no país, seus mentores estão cooptando formadores de opinião pública, convencendo-os da pertinência da sua argumentação. E, sem espaço para retrucar, os pequenos partidos acumulam acusações falsas, desconfianças e pechas não confirmadas. Nesse embalo, perdem a condição de divulgar seu pensamento e fazer proselitismo. A cumplicidade de muitos formadores de opinião a causa autoritária foi realçada por ocasião da campanha presidencial quando execraram os pequenos partidos, chegando a ponto de impingir-lhes a culpa pela falta de debates. Os hipócritas aproveitaram sua inserção nos

meios de comunicação de massa para dizer que *o excessivo número de candidatos a cargos majoritários, inclusive a presidência da república, estava atrapalhando o debate de temas sérios*. Naquele período, candidaturas sérias, como a do companheiro Vasco Neto, do sindicalista José Maria, do Brigadeiro Ivan Frota e muitas outras, foram alvos de uma infame campanha cujo intuito era constranger sua participação no pleito e seus eventuais eleitores, conspurcando a liberdade de escolha das pessoas, atentando, portanto, contra a democracia.

Uma reforma política que impeça ou dificulte a livre organização popular é, na realidade, uma contra-reforma cujo objetivo é o restabelecimento do regime autoritário, com todos os riscos que envolve. A manutenção do Estado Democrático depende do fortalecimento do eleitor como elemento de decisão política e da existência de grupos minoritários organizados em torno de partidos representativos das suas idéias e pensamentos. Limitar a capacidade de escolha do eleitor pela redução do número de partidos políticos é uma afronta à democracia, cujas conseqüências são sempre incertas. Quanto mais extenso for o cardápio partidário a disposição do eleitor, melhor para a convivência democrática.

No presente momento, além dos percalços que a política neoliberal levada adiante pelo perverso presidente Fernando Henrique Cardoso tem colocado para toda a sociedade brasileira, os solidaristas e outros grupos políticos de pequena densidade eleitoral confrontam-se com muitos obstáculos autoritários. Vivemos um penoso processo de consolidação partidária, enfrentado com obstinação e tenacidade a famigerada legislação que, além de obstacular nosso acesso aos meios de comunicação, ainda nos impõe uma *cláusula de barreira* que pretende dificultar (e, mesmo, impedir) a organização de novos partidos. Não satisfeitos, agora os reacionários querem ampliar a dificuldade para a organização popular, destruindo o sonho político de muitos brasileiros. Essa atitude, que restaura o autoritarismo no país, intranqüiliza a nação, submetendo-a a grande perigo, pois, no momento em a via partidária for fechada para a atividade dos grupos minoritários, outros caminhos podem ser trilhados, inclusive o da violência como já ocorreu em outras épocas.

A reformas políticas que o país precisa são outras. Mas deixemos que o eleitorado, através do voto livre, faça a sua escolha. Para que a democracia floresça, contribuindo para a paz social, é preciso que o país conte com um pluripartidarismo consistente e com um eleitorado consciente. No que diz respeito à sua organização, pouco importa a opinião individual sobre agrupamentos políticos, pois o eleitor, bem informado e formado, sabe fazer boas escolhas. Se este ou aquele partido não atender as expectativas do eleitorado, perderá a eleição e não alcançará o poder. Mas, sempre, deve ter garantido o direito de expor seu pensamento, fazer proselitismo e disputar os pleitos sem ser alvo de chacota ou intransigência. Isso é Democracia!